

Seis novos conselheiros tomam posse no CNJ para o biênio 2024-2026

01/02/2024

O presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Luís Roberto Barroso, promoveu nesta quinta-feira (1º/2) a cerimônia de posse administrativa de seis novos conselheiros para atuar no biênio 2024-2026.

Na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho, tomou posse o ministro Guilherme Caputo Bastos, que começou na magistratura trabalhista em 1989. Três anos depois, Caputo Bastos foi nomeado desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e, em 2007, tomou posse como ministro do TST. Em nome dos demais empossados, o magistrado ressaltou “a grandeza” do trabalho desenvolvido pelo CNJ e o interesse dos integrantes em “contribuir para as pautas importantes do país”.

Indicados pelo Supremo Tribunal Federal, também tomaram posse o desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), e a juíza Renata Gil, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ).

As conselheiras indicadas pelo Superior Tribunal de Justiça, a juíza federal Daniela Pereira Madeira, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), e a desembargadora federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) Mônica Autran Machado Nobre também assinaram o termo de posse. Indicada pela Câmara dos Deputados, tomou posse a advogada da União Daiane Nogueira de Lira.

Aprimoramento do Judiciário

Ao dar as boas-vindas aos novos conselheiros, o presidente do CNJ destacou a importância do cargo para o aprimoramento do Poder Judiciário. “A atuação no CNJ vai muito além de uma função puramente correcional e fiscalizatória. O desenvolvimento de políticas públicas judiciárias é feito com base e informações coletadas e produzidas pelo Conselho, e a relevância do órgão atualmente é fundamental.”

Ao saudar os novos colegas, o corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, destacou a importância da renovação dos quadros do CNJ e a capacidade do Conselho de fomentar políticas públicas de grande alcance.

“Se a magistratura tinha ressalvas sobre a criação do CNJ, não há mais dúvidas: sua relevância vai além da responsabilidade disciplinar, e nenhum outro no mundo tem tamanho alcance para propor políticas públicas para a sociedade, com direcionamentos que envolvem reparação de injustiças históricas.” *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-fev-01/cnj-empossa-quatro-novas-conselheiras-e-dois-conselheiros-para-o-bienio-2024-2026/>

